



## **ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, e verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente sessão ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente sessão ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra o segundo-secretário para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Septuagésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a sessão ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Oitenta e Quatro da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 33 e 34/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 3.654/2024, do Ministério da Educação; Ofício nº 120/2024, do Fórum Nacional da Saúde do CNJ. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Caravina, Antonio Vaz e Zeca do PT. Sobre a mesa proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Pedro Kemp, Junior Mochi, João Henrique, Gleice Jane e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Caravina e Gleice Jane. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado em discussão única e votação nominal o Projeto de Resolução nº 104/2023, de autoria do deputado Gerson Claro. Foram aprovadas em primeira discussão e votação nominal as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 269/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Lei nº 139/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas em discussão única e votação simbólica as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos irmãos Saymon Melo Oliveira e Théo Henrique Melo Oliveira, pela conquista do 1º e 3º lugar, respectivamente, no Campeonato de Jiu-Jitsu Centro Oeste 2024, organizado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Desportivo (CBJJJD) e Federação Sul-Mato-Grossense de Jiu-Jitsu (FSMJJ); requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao primeiro-tenente QAO Wladimir Antônio da Silva e ao segundo-tenente QAO Cláudio Irineu Cabreira de Moraes, pelos trabalhos realizados no apoio humanitário às vítimas do alagamento no estado do Rio Grande do Sul; requerimentos de moções de congratulação de autoria do deputado Neno Razuk, endereçadas a 19 polícias militares de Mato Grosso do Sul, pelos trabalhos realizados no apoio humanitário às vítimas do alagamento no estado do Rio Grande do Sul; requerimento de autoria da deputada Mara Caseiro solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para o dia 30 de agosto de 2024, às 9h00, para o lançamento da "Semana do Pescado"; requerimento de informações de autoria do deputado Roberto Hashioka; indicações de autoria dos deputados Lia Nogueira, Junior Mochi, Mara Caseiro, Professor Rinaldo e Lucas de Lima. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão. E, para constar, mandou lavrar a presente Ata da Sessão Ordinária que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e sete de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra o senhor primeiro-secretário deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do Expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de agosto de 2024. Mensagem nº 35/2024, do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “ratifica o acréscimo de dispositivo ao Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, ratificado e publicado com a Lei nº 4.755, de 5 de novembro de 2015”. Mensagem nº 36/2024, do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual a doar, com encargos, ao Município de Camapuã-MS, o imóvel de sua propriedade que especifica, e dá outras providências”. Mensagem nº 37/2024, do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual a doar, com encargos, ao Município de Coxim/MS, o imóvel de sua propriedade que especifica, e dá outras providências”. Ofícios nºs 3.724 e 3.725/2024, da Presidência da República, respondendo a moções de aplauso do deputado Zeca do PT. Ofício nº 1.843/2024, do Ministério da Saúde, respondendo a indicação do deputado Zeca do PT. Cartas nºs 8 e 9/2024, da CCR MS Via, respondendo a indicações da deputada Lia Nogueira. Cartas nºs 803 e 804/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Zeca do PT e Lia Nogueira.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria primeiro de registrar que hoje, quarta-feira 28, oito atletas de Mato Grosso do Sul vão começar a competir nas Paralimpíadas de Paris 2024, e nós queremos parabenizá-los em nome da Casa. Esses atletas participarão às 14 horas da cerimônia de abertura, e a nossa expectativa é que possa vir medalha de ouro no atletismo, em que quatro atletas nossos vão competir, entre os quais o recordista mundial Yeltsin Jacques. Estamos no atletismo, na canoagem e no judô. Gostaria de citar os nomes de todos os atletas sul-mato-grossenses que estarão nas Paralimpíadas, e fica aqui a torcida da Assembleia Legislativa. São eles: Yeltsin Francisco Ortega Jacques, Gabriela Mendonça Ferreira, Paulo Henrique Andrade dos Reis, Edelson de Ávila Almeida, que é de Iguatemi, deputada Mara. Na canoagem temos Débora Raiza Ribeiro Benevides, que é de Campo Grande, e Fernando Rufino de Paulo, de Mundo Novo. No judô temos a Erika Cheres Zoaga, de Guia Lopes da Laguna; Kelly Kethylin, de Campo grande; e Anne Talitha Ferreira Silva. Estes são os nossos atletas paralímpicos. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Pedro Kemp... Com a palavra o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Bom dia, presidente. Bom dia, companheiros da mesa. Bom dia, deputados, deputadas. É uma satisfação estar aqui com vocês. Também quero cumprimentar com muito carinho a plateia, particularmente aqueles que lutam, que quem luta merece vencer. Cumprimento também o povo da mídia. Muitos já me perguntaram "por que que você está tão contente, amanheceu cantante?". Estou assim porque estamos igual foguete, Paulo Corrêa, para cima. Tenho uma indicação. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópias, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, bem como ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando com urgência a realização de obras de recuperação da ponte de madeira sobre o rio Taquaruçu, localizada na estrada Pontal do Taquaruçu, que liga a cidade de Anastácio à



Colônia Anda Lúcia, localizada no mesmo município. A presente indicação reflete pedido enviado a este gabinete pelo vereador Professor Aldo, de Anastácio. Senhor presidente, pela ordem...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, o governo Lula continua avançando. Numa das vindas do ministro Paulo Teixeira a Campo Grande, tivemos a oportunidade de jantar com ele (eu, deputado Vander e o governador Riedel), ao qual enfatizamos a importância de dispormos de um fundo garantidor das operações ou dos financiamentos do Pronaf [Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar], e o ministro ficou de levar para Brasília a sugestão. Mas o que que acontece, meu querido deputado Antonio Vaz? Acontece que o pequeno agricultor vai ao banco, tem lá o recurso do Pronaf, mas muitas vezes o banco diz "olha, tem dinheiro, você tem direito, mas não vai dar porque você não tem garantia". E aí eu fui estudar o caso, deputado Paulo Corrêa, e vi que, por exemplo, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) avaliza os financiamentos da agricultura familiar; que o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) idem; mas eis que, depois uma boa demanda, minha querida Mara — a senhora que também tem vinculação com a agricultura familiar —, ontem me deparo com esta manchete: "Câmara aprova R\$ 500 milhões em fundos de crédito à agricultura familiar". É um projeto inovador, importante; está indo provavelmente esta semana para o Senado referendar. Quer dizer, passaremos a ter um fundo garantidor das operações do Pronaf, e portanto os bancos não mais poderão dizer que o cidadão não tem direito ao financiamento porque não tem garantia. É mais um passo do governo Lula, mais uma conquista dos agricultores da agricultura familiar. É assim que se governa: para os pequenos. Para o Brasil. Mas particularmente para aqueles que precisam da mão generosa do Estado. E Lula, mais do que ninguém, sabe fazer isso. Brasil no rumo certo!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero aqui apresentar duas indicações. Uma endereçada ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a instalação de aparelhos de ar-condicionado nas salas de aula da Escola Estadual José Maria Rodrigues, localizada no bairro Mata do Jacinto, nesta Capital. Os alunos da escola estadual vêm sofrendo com a falta de ventilação dentro das salas de aula. De acordo com relatos, há ventiladores quebrados, uns totalmente e outros que só funcionam no modo exaustor. Levando em consideração que a instituição de ensino ministra aulas em tempo integral, que os alunos lá permanecem das sete da manhã até as quatro da tarde, fica insustentável a permanência dentro da sala de aula nos dias mais quentes, já havendo inclusive registro de alunos passando mal. A outra indicação vai para o senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando estudos no sentido de se viabilizar a recuperação do asfalto da rua Monte Belo, próximo à esquina da rua Chaadi Scaff, do bairro Itanhangá Park, nesta Capital. Esta solicitação nos foi encaminhada por moradores do bairro Itanhangá que transitam pela rua Monte Belo; como o buraco é muito grande e a pista é de mão dupla, é impossível para os motoristas desviar quando tentam o acesso à rua Chaadi Scaff. Era o que tinha, presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o nobre deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia autônoma ao diretor-presidente da Agetran, senhor Paulo da Silva, solicitando a implantação de sinalizações horizontais e verticais na avenida João de Paula Ribeiro, Mata do Segredo, nesta Capital. Trata-se de um pedido do senhor Felipe Batista de Souza. Indicação. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme de Alcântara, secretário estadual de Infraestrutura e Logística, solicitando seja realizada a pavimentação asfáltica na MS-446, até a ligação com a BR-262, no município de Miranda. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar através do senhor Roni Ramalho. O pedido deve-se à necessidade de haver um acesso mais seguro à região, não só para o morador local mas também para o turista. Além disso a pavimentação asfáltica conectaria de forma mais direta à BR-262, facilitando assim o fluxo de pessoas e de mercadorias, e conseqüentemente impulsionando o desenvolvimento econômico e social da região. Cumpre ressaltar que este não é um desejo recente, mas sim anseio antigo da população que vive e trabalha na área. A falta de uma infraestrutura viária adequada tem sido um significativo obstáculo ao progresso local, limitando o potencial de crescimento das atividades comerciais, educacionais e turísticas na região. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, nossas amigas que aqui representam os servidores aposentados. Senhor presidente Gerson Claro, tenho a honra aqui de fazer mais uma dobradinha com Vossa Excelência. Outro dia apresentamos um projeto em conjunto em torno de uma importante questão, ainda mais considerando que hoje muita gente está procurando a chamada energia solar, projeto que dispõe sobre as informações obrigatórias a serem inseridas na conta de energia elétrica dos contribuintes com microgeração ou minigeração de energia solar no estado de Mato Grosso do Sul. A lei diz o seguinte: "Artigo 1º - As concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica do estado de Mato Grosso do Sul deverão inserir, na conta de energia elétrica dos consumidores/geradores de energia solar, de forma clara e detalhada, as seguintes informações: I - quantidade de energia injetada em KWH, por mês; II - quantidade de energia ativa em KWH, por mês; III - quantidade de sobra de energia em KWH, por mês; IV - quantidade do saldo residual de energia acumulada, deste o início da geração, em KWH. Artigo 2º - O descumprimento do previsto nesta lei sujeita as empresas concessionárias ou permissionárias às sanções administrativas previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo de eventuais sanções de natureza civil e penal. (...) Artigo 4º - Os recursos provenientes das multas de que trata o artigo 2º serão revertidos ao fundo ligado à defesa do consumidor. Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." Senhor presidente, em vez de ler aqui toda a justificativa, vou procurar ser mais objetivo. Hoje na conta de quem tem energia solar não vem claramente qual é o saldo entre o gerado e o consumido, nem o mensal nem o acumulado. Até porque quem tem saldo de energia excedente, quem gerou mais que utilizou,



pode transferir essa energia para outro consumidor. Portanto esse projeto visa exatamente, deputado Zeca do PT, a dar transparência a uma coisa que é muito importante e muito usual, a saber, que as pessoas estão cada vez mais buscando sua geração própria de energia, e nada mais natural, por conseguinte, que elas possam receber mensalmente em sua conta de energia elétrica todas essas informações (qual saldo existente entre o gerado e o utilizado, mensal e acumulado no período), para que o consumidor, se quiser, possa transferir para outrem a energia excedente. Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o nobre deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Quero cumprimentar os colegas, todos os assistentes aqui, mas em especial aos aposentados e pensionistas presentes. Hoje relatamos um projeto de lei — quero já parabenizar o deputado Paulo Duarte, a comissão que tratou da questão da previdência, que rapidamente chegou a um acordo com o governo do estado; também parabenizo o governador pela sensibilidade —, o projeto foi encaminhado, ampliando a faixa de isenção para os aposentados e pensionistas com comorbidades e doenças graves. Isto foi resultado de um acordo de líderes desta Casa, comandada pelo nosso presidente Gerson Claro. O projeto passou hoje na CCJ e deve ir para a plenária amanhã (não é isso, presidente?), para que possamos fazer rapidamente as votações. E com uma emenda que recebeu, o projeto vai entrar em vigor a partir de 1º de setembro. Portanto, no pagamento do mês de setembro já estará valendo a regra nova da ampliação da faixa salarial. E eu quero aproveitar a oportunidade, presidente, para informar que na sexta-feira, 30, teremos aqui, deputado Hashioka, uma importante audiência pública, conduzida pela EPE (Escritório de Parcerias Estratégicas do Governo do Estado), acerca das concessões de duas rodovias federais: da BR-262, do trecho de Três Lagoas a Campo Grande; e da BR-267, do trecho de Bataguassu a Nova Alvorada do Sul. Também da MS-040, da MS-338 e da MS-395. É muito importante a participação de todos (o link da transmissão é o <http://TVb3.com.br/home>), porque são várias ações que serão realizadas nessas rodovias. É importante a gente se envolver para que depois não venha a cobrança, como há hoje na questão da duplicação da BR-163, que falta o trecho tal, que tal outro está sem acostamento, que há problema na interseção de entradas em assentamentos rurais, etc., etc., e todas essas rodovias vão sofrer intervenções. Isso impacta diretamente os municípios de Bataguassu, Nova Andradina (porque passa por Nova Casa Verde), Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo; são rodovias que impactam a chamada rota da celulose, e muitos assuntos serão discutidos. Será o momento de conhecer detalhadamente o projeto e de sugerir alterações. Só fiz uso da palavra para reforçar o convite para que todos participem dessa importante audiência pública da concessão das rodovias. Senhor presidente, era só isso. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (UNIÃO BRASIL) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, demais colegas, caros deputados. Meus cumprimentos também aos que



nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia. Quero saudar de maneira especial nossos servidores aposentados, que mais uma vez prestigiam aqui a nossa plenária... E já aproveito para informar que já foi atendida uma parte dos interesses dos servidores aposentados; há ainda muito a ser atendido pelo governo do estado, e nós estaremos firmes nessa luta. Senhor presidente, aproveitando que o deputado Caravina fez menção à reunião da empresa de logística, sobre as rodovias federais BR-262 e BR-267, quero dizer que é muito importante que a Assembleia esteja atenta para que não aconteça o mesmo que ocorreu com a 163. Logicamente que ao buscar uma parceria público-privada, antes de mais nada é preciso preservar o interesse público e principalmente o interesse do cidadão. Então nós devemos participar, sim, como forma de contribuir para facilitar o atendimento às necessidades do estado de Mato Grosso do Sul. Tenho aqui três moções de congratulação. A primeira: "Requeiro à mesa de forma regimental, ouvido o colendo Plenário, seja enviada moção de congratulação à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso do Sul (Fecomércio/MS), na pessoa de seu presidente, senhor Edison Ferreira Araújo, pelos quarenta e cinco anos de atividade. (...) Diante da alta significação da instituição, espera-se a aprovação, sendo que a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: 'A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias outorgar moção de congratulação à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso do Sul (Fecomércio/MS), na pessoa de seu presidente, senhor Edison Ferreira Araújo, extensiva a todos os colaboradores da entidade, pelos quarenta e cinco anos de história em defesa do empresário do comércio de bens, serviços e turismo, além da efetiva contribuição e exemplo dados pela entidade visando ao desenvolvimento econômico e social de todo o estado de Mato Grosso do Sul.'" A segunda moção vai para a Escola Municipal Pingo de Gente, de Nova Andradina, por ter tirado o primeiro lugar no *ranking* das melhores escolas de ensino fundamental do estado, do 1º ao 5º ano, com a pontuação de 7,9 do IDEB. A segunda moção vai para a Escola Municipal Mundo da Criança, também de Nova Andradina, que ficou em segundo lugar nas mesmas séries, obtendo a pontuação de 7,4. Só para fazer um comparativo, vejam que a média nacional foi 6,0... e a média do estado de Mato Grosso do Sul foi 5,6. Ou seja, essas duas escolas de Nova Andradina superaram a nota 7,0. Por fim, senhor presidente, registro uma moção de pesar. "Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhada moção de pesar por esta Casa de Leis aos familiares da senhora Maria Minhos da Silva, por seu falecimento, ocorrido no dia 25 de agosto de 2024." Era moradora da cidade de Dourados, de família tradicional, pioneira naquele município. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com apalavra o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, com sua permissão, gostaria de ler meu expediente aqui da mesa diretora. Caros colegas deputados, servidores aqui que lutam pelos seus direitos, demais presentes, sejam todos bem-vindos. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, bem como ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando a elaboração de projeto de reestruturação e reorganização do plano de cargos e carreiras do quadro de pessoal do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran). Faço esse requerimento



porque tenho a clara convicção da necessidade de tratar desse assunto; é um pleito que nos foi encaminhado pelo Sindicato dos Servidores do Detran, o Sindetran, que visa a elaboração de um projeto que reestruture, que reorganize toda a carreira desses servidores tão importantes para o estado. Esta é uma luta de longa data; além disso outros estados têm já encaminhado essa reestruturação, e Mato Grosso do Sul precisa também se modernizar, estar na vanguarda das alterações, das mudanças necessárias, se atualizando, para poder prestar um serviço mais eficiente à comunidade... Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, este mês ocorreu no Vale do Ivinhema, especificamente na Fundação Nelito Câmara, o 18º Festival, em que foi lançado um selo e um filme sobre o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, que completa agora 25 anos. Esse selo ("Selo 25 anos do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema") foi lançado juntamente com o filme, com curadoria de Joel Pizzini, um dos cineastas mais renomados de Mato Grosso do Sul, com direção de Ricardo Câmara e Maurício Copetti. Esse filme foi lançado *in loco* no Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema, e é uma satisfação muito grande, porque esse parque resultou de um requerimento do meu saudoso pai, acatado pelo então governador Wilson Barbosa Martins... De lá para cá temos lutado, buscado apoiar esse parque que é hoje um patrimônio gigante do nosso estado, do meio ambiente, e eu gostaria de entregar ao nosso presidente esse selo comemorativo, que marca então os 25 anos do Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns, deputado Renato Câmara, pelos vinte e cinco anos do parque. Com a palavra a nobre deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres colegas. Eu tenho duas indicações. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a pavimentação asfáltica da MS-135, num trecho de aproximadamente vinte quilômetros, com início na sede do município de Costa Rica até a BR-359. A presente atende a um pedido formulado pelos vereadores Evair Gomes Nogueira, Walter Silva Rodrigues, Helena Otoni Camargo Braun, Limiro Paulino Neto, João Santos Coelho de Oliveira e Adair Tiago de Oliveira, e pelo vice-prefeito Ronivaldo Garcia Cota. Outra indicação, também ao governador, ao secretário de Estado de Segurança Pública, doutor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar do estado, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando disponibilização de uma viatura para atender a Polícia Civil do município de Figueirão. A presente indicação atende a pedido formulado pelo vereador Ronis da Silva Moreira. Senhor presidente, ontem protocolei uma indicação que fala da MS-040. Como amanhã, como destacado aqui pelo deputado Caravina, vai haver essa discussão que vai abordar também a referida rodovia, eu então solicitei que sejam realizados "estudos técnicos e posterior instalação de telas de proteção ao longo da MS-040, no trecho que liga os municípios de Campo Grande a Bataguassu". A medida, que com certeza trará uma maior segurança para todos que transitam por aquela rodovia, faz-se necessária visto que por ali há muita passagem de animais. Inclusive, senhor presidente, no dia 31 de julho (não foi na MS-040, foi na BR-163), eu vinha voltando de um evento em Nova Andradina, e já próximo aqui ao posto da Polícia Rodoviária Federal, jazia uma anta morta na pista; quando vimos



já estávamos passando por cima do animal morto — vejam o risco! Mas graças a Deus ninguém se feriu, afora a perda total do meu veículo. Isto foi na 163, mas nós sabemos que ali na 040 há também um trânsito grande de animais. Inclusive o veículo que vinha atrás de mim também bateu na anta, capotou, mas felizmente o motorista não sofreu nenhum ferimento grave. De forma que temos de pensar nalguma forma de oferecer maior segurança para o motorista que transita pelas nossas rodovias. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 02684/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 02656/2024, 02657/2024, 02658/2024); um projeto de lei (Prot. nº 02659/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: dois requerimentos (Prot. nºs 02664/2024, 02660/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02673/2024); um projeto de lei (Prot. nº 02675/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 02685/2024, 02683/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: um projeto de lei (Prot. nº 02680/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 02669/2024, 02670/2024, 02671/2024, 02672/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: três moções de congratulação (Prot. nºs 02679/2024, 02678/2024, 02677/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02676/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 02665/2024, 02666/2024, 02667/2024, 02668/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02682/2024).). Gostaria de fazer um convite especial aos colegas deputados. Daqui a pouco teremos uma apresentação de um *sketch* dentro da campanha "Todos por Elas" (também do "Agosto Lilás", também da campanha contra a violência doméstica, violência contra a mulher, contra o feminicídio). Até pedimos aos deputados que solicitassem a presença de todos os servidores dos respectivos gabinetes, para que possamos assistir a uma peça de teatro aqui no final. Gostaria também de fazer outro convite especial. Hoje às 16h30, no auditório Manoel de Barros, no Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo, vai acontecer o lançamento oficial da 2ª Corrida dos Poderes. Haverá então uma palestra especial intitulada "A Tempestade Perfeita", do professor especialista em treino de alto rendimento Márcio Atalla. Não percam a oportunidade, pois é uma palestra muito importante. As inscrições estão disponíveis no link [www.escolagov.ms.gov.br](http://www.escolagov.ms.gov.br). O servidor que quiser comparecer pode ser inclusive dispensado, às 16h30, para ir à palestra. Todos os nossos servidores estão convidados a participar desta edição da corrida, que já é um sucesso, vide a chamada do evento, as informações que já estão circulando, os treinamentos que estão fazendo... Estou vendo o deputado Marcio Fernandes treinando, que vai fazer os dez quilômetros este ano; o deputado Antonio Vaz tem treinado para a caminhada dos cinco quilômetros; o deputado Paulo Corrêa já faz os três — estão todos aí se preparando. Quanto às inscrições para a corrida, podem ficar de olho que amanhã, às oito da manhã, sai o primeiro lote, com vagas para servidores; depois abrem-se também para a população. Interessante que essas vagas abrem e em minutos são preenchidas, então é importante todo mundo prestar atenção. A 2ª Corrida dos Poderes será realizada dia 26 de outubro, no sábado, em comemoração também ao Dia do Servidor Público, que é dia 28 de outubro, com saída aqui do estacionamento da Assembleia. A programação é a seguinte: 15h00, abertura da arena; 16h00, Corrida KIDS; 17h10, Largada Pernas Solidárias; 17h15, Largada Corrida 5 Km e 10 Km; 17h20, Largada da Caminhada. A organização está a cargo da federação de atletismo [FAMS], com a Fundesporte, mas na realidade a realização oficial é do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, da Defensoria e do Tribunal de Justiça: os poderes todos estão envolvidos nessa



corrida. Relembrando então: hoje, às 16h30, lançamento da corrida, com a palestra do profissional Márcio Atalla, no Rubens Gil de Camillo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Primeiro queria dizer que estou treinando para correr este ano os 50 metros rasos, depois da Covid acho que é que vai dar para fazer... Mas, senhor presidente, eu acho pertinente fazer aqui um registro. Porque ontem o governador Eduardo Riedel assinou o termo de contratação para a construção de 192 novas moradias em Campo Grande. E além dessas moradias, o governador assinou também a contratação de 186 novas casas para Ponta Porã — totalizando portanto 378 casas populares. Essas contratações acontecem por meio do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), da Caixa Econômica Federal; é um programa do governo federal, do presidente Lula, em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades. E essas residências são destinadas às famílias que possuem uma renda familiar mensal de até mil e seiscentos reais, portanto famílias de baixa renda, famílias mais pobres aqui do nosso estado. Campo Grande hoje precisa realmente de mais investimentos em moradias populares; é bom lembrar que a Capital tem hoje 42 favelas, e nós, que já tivemos um tempo aqui sem favelas, temos hoje essa realidade, de famílias vivendo em condições sub-humanas; e a volta do programa Minha Casa, Minha Vida vai possibilitar aos Municípios, Estados, em parceria com o governo do presidente Lula, a construção de casas populares. Campo Grande então está recebendo 192 novas moradias, foi assinado ontem, e temos de felicitar a volta desse programa tão importante na vida de muitas famílias. Importante lembrar que no governo passado, no governo Bolsonaro, não tivemos investimentos em construção de novas moradias populares, passamos quatro anos praticamente sem investimentos nessa área; e agora temos então uma demanda por novas moradias, e grande, a fila é grande, para que as famílias sejam contempladas com essas novas residências. Só queria fazer o registro; então Campo Grande mais Ponta Porã recebem 378 casas populares do programa financiado com esse fundo de arrendamento residencial da Caixa Econômica Federal. Era o que tinha, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. A proposição a princípio seria de não fazermos o Grande Expediente, para termos tempo. De qualquer forma, agora, para falar sobre o tema do Agosto Lilás, da luta contra o Femicídio, da campanha "Todos por Elas", ocupando o tempo gentilmente cedido pelo deputado Zeca do PT, que é primeiro inscrito, vou conceder a palavra à deputada Mara, para falar das ações dos poderes nessa questão em Mato Grosso do Sul, e em seguida vamos à Ordem do Dia. Gostaria de registrar e agradecer a presença do Marco Belo Benites, o Marquinho, vereador de Ponta Porã; da Tânia Fontoura Marcelino, vereadora de Pedro Gomes; da Loiva [Schiavo], vereadora do município de Bonito; e da vereadora Alessandra Ribas, de Laguna Carapã. Obrigado pela presença na Casa da Democracia. Com a palavra a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres deputados, deputadas. Quero cumprimentar, em nome das mulheres, a vereador Tânia e a vereadora Alessandra, que se fazem presentes hoje aqui neste plenário. Sejam muito bem-vindas. Bem, senhor presidente, estamos aí nos aproximando do final do Agosto Lilás, ocasião em que trabalhamos muito essa questão da violência, com o programa Lei Maria da Penha



na Escola, etc. O mês está findando mas não podemos parar com essas ações, o combate da violência contra mulher tem de ser feito todos os dias. O "Estudo Estatístico dos Gêneros" do IBGE, divulgado este ano, aponta que Mato Grosso do Sul está em terceiro lugar no *ranking* nacional de mulheres vítimas de violência psicológica, física ou sexual, praticada por um parceiro íntimo atual ou anterior: o estado fica atrás apenas de Roraima e Sergipe. Quando o recorte é feito por grupos de idade, o grupo entre 18 e 29 anos, em Mato Grosso do Sul, salta para a primeira posição, atingindo 17,8%, à frente do Piauí (13,7%) e de Roraima (12,7%). Com relação aos casos de feminicídio, Mato Grosso do Sul continua a apresentar números muito preocupantes, sendo que este ano, vinte vidas de mulheres foram tiradas até o momento: a maior taxa de feminicídio do Brasil. Conforme dados da Sejusp, no primeiro semestre do ano foi registrado um caso de violência doméstica a cada meia hora no estado... Um caso a cada meia hora!... Além disso houve um aumento de 27,5% nas denúncias de violência contra mulheres feitas pelo "Ligue 180", em comparação ao mesmo período do ano anterior. É por esses e outros motivos que temos buscado tanto combater todo e qualquer tipo de violência doméstica e familiar. Além de empreender ações de conscientização, como palestras, audiências públicas, temos também trabalhado por mais políticas públicas em defesa dos direitos da mulher. Ressalto, como resultado de um esforço em conjunto com esta Casa, a ampliação em 60% do total de equipamentos para rastrear e monitorar eletronicamente agressões contra a mulher. Tal investimento — da ordem de R\$ 19.307.040,00 — entre recursos federais e contrapartida do Estado, tem como destinação específica o enfrentamento à violência doméstica. Dados da unidade mista de monitoramento virtual estadual da Agepen revelam que atualmente 189 agressores são monitorados no estado com tornozeleira eletrônica, e que 29 vítimas utilizam o botão do pânico: procedimentos eficazes de rastreamento e proteção. Graças a esse trabalho, nos últimos oito anos 10.800 agressores foram monitorados e 1.300 vítimas receberam o botão do pânico — não são simples números, esses avanços dão resultado: até o momento nenhuma dessas mulheres foram vítimas de feminicídio. A tornozeleira eletrônica e o botão do pânico realmente podem evitar o feminicídio. Cada caso de violência contra a mulher representa sem dúvida uma falha da sociedade em garantir seus direitos fundamentais. Por isso é imprescindível que cada um de nós se envolva nessa luta; precisamos educar nossas comunidades sobre a importância de denunciar a violência, apoiar as vítimas e promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero. Não se calem diante da violência. Denunciem. Somente juntos podemos fazer a diferença. Nesse sentido, parabéns a ação em conjunto dos poderes Executivo (através do nosso governador Eduardo Riedel), Legislativo (em nome do nosso deputado Gerson Claro, das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane) e Judiciário (em nome da desembargadora Jaceguara e do presidente, doutor Sérgio Martins) pela campanha "Todos por Elas". Ao unir forças, estamos enviando uma mensagem clara: a violência contra a mulher não será tolerada. Esta campanha é um exemplo do que podemos alcançar quando lutamos juntos, integrando recursos, políticas e ações concretas para proteger nossas mulheres, para garantir que seus direitos sejam respeitados. Daqui a pouco, após a sessão, teremos uma apresentação teatral muito impactante; e aí quero convidar a todos os servidores da Casa para que venham aqui prestigiar; a peça, de codinome *Vozes*, será encenada pelas atrizes Giovana e Kiohara, com apoio também do Luciano: muito importante a participação de todos. E os exorto a que continuemos, que não paremos no Agosto Lilás, que não restrinjamos nossas ações à campanha "Todos por Elas". Que possamos no dia a dia combater a violência, principalmente trabalhando na educação, na educação dos nossos filhos, na educação pública, abolindo de forma responsável a discriminação contra as nossas mulheres...



**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Permite um aparte, deputada Mara?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Permito o aparte ao deputado Rinaldo, que é propositor dessa lei tão importante do Agosto Lilás.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Deputada Mara, eu não poderia deixar de parabenizá-la. Estamos chegando ao fim do mês de agosto... Nosso estado, deputada Mara, avançou muito no que diz respeito às políticas públicas voltadas para esse segmento tão importante da sociedade. Não é à toa que a primeira Casa da Mulher Brasileira foi instalada aqui em nossa cidade, fazendo jus a este alto índice de mulheres que têm sido aviltadas, que têm sido desrespeitadas, que têm sido agredidas, algumas até chegando a perder a vida simplesmente pelo fato de ser mulher. E nós aqui nesta Casa — Vossa Excelência tem várias ações (assim com o têm vários colegas) nessa direção — temos abraçado unanimemente esta bandeira, que se tornou uma questão de honra para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. E na medida em que esse esforço não se restringe a esta Casa, mas vai além, alcançando governo do estado e Tribunal de Justiça (agora capitaneado pela desembargadora Jaceguara), naturalmente que ficamos mais fortes para vencer essa luta. São "Todos por Elas", Ministério Público, Defensoria Pública, e tantas outras instituições governamentais... Eu acredito que estamos no caminho certo. É lógico que a utopia que paira em nosso coração é que num espaço não tão grande de tempo tivéssemos aí uma cidade, um estado onde reinasse a paz, a tolerância, o respeito, onde essa fosse a tônica do dia a dia. E que esse tema não seja tratado somente, como de praxe, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Ora, o *dia da mulher* é todo dia, e nesse sentido quero lhe agradecer, Mara. Vossa Excelência tem cumprido muito bem esse papel, juntamente com a Lia, com a professora Gleice Jane; e com os demais pares — presidente, mesa diretora, que têm dado todo o apoio à causa —, para que saíamos dessa estatística tão ruim, saíamos dessa situação de ser um dos estados que mais têm praticado o feminicídio... Talvez esse índice alto seja exatamente pelo fato de as instituições estarem organicamente funcionando; as pessoas estão se empoderando no sentido de fazer suas denúncias e, com isso, os números reais vão aparecendo, passando a impressão de que estamos diante de algo extraordinário (acredito eu que em muitos estados tais denúncias estejam subnotificadas); talvez por isso até Mato Grosso do Sul apareça entre os três estados mais violentos da Federação. Quero dizer a Vossa Excelência que não poderíamos fechar o Agosto Lilás sem essa ação tão bacana liderada pela doutora Jaceguara, revelando um profundo comprometimento do Tribunal de Justiça nessa luta em defesa da mulher sul-mato-grossense. Nesse sentido eu parabenizo Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, trazendo informações que engrandecem este Parlamento, a mulher sul-mato-grossense e consequentemente a mulher brasileira. Muito obrigado pela concessão do aparte.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Eu que agradeço, deputado Rinaldo. Para finalizar, gostaria de lembrar que mais de 89% das mulheres que perdem a vida vítimas de feminicídio no país não têm medidas protetivas. Ou seja, são vítimas que não chegaram a denunciar, não buscaram ajuda. Por isso essas campanhas são tão importantes, para conscientizar essas mulheres. Então, além de conscientizar a sociedade, sociedade que discrimina, precisamos também orientar essas mulheres para que busquem ajuda. Em muitos desses casos, se a mulher tivesse a medida protetiva, talvez não houvesse perdido a vida. Era isso, agradeço a todos, e vamos daqui a pouco assistir a essa impactante peça teatral *Vozes*, que trouxemos para que possamos entrever um pouco do drama da perda de uma mulher, da dor de uma agressão. Deputada Gleice



e deputada Lia Nogueira, estamos aqui representando as mulheres, e nós sabemos desta dor. Obrigada, presidente Gerson Claro.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Feito o registro... No lançamento, inclusive com a visita da desembargadora Jaceguara Dantas e com a presença da primeira-dama Mônica Riedel, nós assumimos um compromisso, até ressaltando o nome da campanha ("Todos por Elas"), porque até então era comum, nos encontros aqui sediados tratando de política pública para a mulher, que a Assembleia deixasse a cargo de uma mulher a presidência desses eventos bem como privilegiasse as falas femininas. Mas aí nesse dia eu tive um *insight*: que na verdade esta é uma política pública que também os homens têm de assumir, afinal de conta os algozes das mulheres são quase sempre homens. Então eu quero reforçar o convite para que todos venham ver a peça, pessoal dos gabinetes, demais servidores, deputados, especialmente os homens. É daqui a pouquinho, depois da Ordem do Dia, é uma peça rapidinha: é importante a participação de todos nesse trabalho de conscientização. Está encerrado o Grande Expediente e passamos à **ORDEM do DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre se há quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 227/2022. Autor: deputado Paulo Corrêa, em coautoria com o deputado Paulo Duarte. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.665, de 6 de maio de 2009, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa para confecção de segundas vias de documentos de pessoas idosas e/ou carentes que tenham sido objetos de ações criminosas." A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável por unanimidade ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Neno Razuk. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 227/2022, de autoria do deputado Paulo Corrêa e outro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP)

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB)

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT)

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.



**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 146/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem/Gab/Gov/MS/nº 29/2024 - "Dispõe sobre o ingresso



de oficiais e praças temporários no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CBMMS), define as prerrogativas funcionais, os direitos e as vedações aplicáveis aos bombeiros militares temporários, estabelece disposições referentes ao Quadro de Bombeiro Militar Temporário (QBMT), nos termos que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Senhor presidente, essa pauta me chamou bastante a atenção, porque trata de transferir a forma de contratação: em vez de ser para cargo efetivo, passa a ser para temporário. Essa é uma realidade que se observa também na educação, mas que me preocupa bastante, pois diminui-se o número de cargos efetivos e aumenta-se o de temporários. Em sua mensagem, o governador justifica a medida alegando que isso pode representar menos despesas com gasto de pessoal. Isto me preocupa porquanto começa-se a trazer para dentro do serviço militar também uma situação que já se vive na educação, a saber, a de os temporários recebendo menos do que os efetivos (que há, sim, uma diferença salarial entre efetivos e contratados), o que me parece pode representar uma diminuição da qualidade do serviço prestado pelo Estado. Nós entramos em contato com a associação dos bombeiros e eles nos disseram que tudo fora feito em acordo com ela, associação. Então queria aqui justificar o meu voto... Eu vou me abster, mas assinalando que a minha posição é contrária, por entender que este não é o modelo de contratação ideal para os bombeiros. Em todo caso, como a própria associação (cujos motivos da anuência ao projeto não entendi) se manifestou favorável, e como tenho sempre o hábito de seguir a orientação da categoria, eu vou me abster. Obrigada.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Declaração de voto, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, ouvi atentamente a colocação da deputada Gleice Jane, e concordo com ela no sentido de que estamos em falta da realização de concursos públicos para a efetivação de um contingente maior de servidores nalgumas categorias, principalmente na área da educação, da segurança pública (como é o caso quanto à corporação do Corpo de Bombeiros Militar). Eu estou entendendo que essa lei que estamos votando visa a possibilitar ao governo do estado a contratação temporária de bombeiros, no caso, para atender a essas emergências que estamos vendo aí, como desses incêndios no Pantanal, do fogo em outras regiões, como aqui na região norte do estado, dessas queimadas criminosamente provocadas. Então, para esse caso excepcional, me parece razoável uma contratação emergencial temporária para atender a essa necessidade. Mas concordo com a deputada Gleice em que precisamos também exigir do governo do estado, principalmente para essas categorias que citei (Bombeiros Militares, Polícia Militar, Polícia Civil, Educação), a realização



de concurso público: tais categorias precisam de mais servidores concursados. Então eu vou votar favorável, com a ressalva que fiz, para que o governo disponha de um instrumento para uma contratação *emergencial*, como é o caso desses incêndios que estão acontecendo com muita frequência aqui no estado. Aliás hoje passou uma reportagem no Bom Dia Brasil mostrando que os três estados com os maiores focos de incêndio São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Então precisamos realmente ter uma ferramenta para lidar com essa situação de emergência.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Senhor presidente, apenas para declarar o voto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o deputado Junior.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Ouvi atentamente também as ponderações da deputada Gleice Jane, muito apropriadas; entretanto, como diz o deputado Pedro Kemp, estamos vivendo uma situação de emergência. E numa situação de emergência a reação tem de ser *emergencial*, como foi agora, ou seja, abre-se a possibilidade da contratação de mais gente, de pessoal habilitado, para que seja possível uma resposta rápida a esta situação que aflige a todos nós, que é a questão relacionada aos incêndios florestais em Mato Grosso do Sul. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 146/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP)

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB)

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT)

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — abstenção.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.



**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, são vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 138/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre a instituição da campanha de ações preventivas e de conscientização do Ceratocone no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade à emenda à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.**



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, com a palavra o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Enquanto os colegas concluem a votação, eu gostaria de fazer um registro. Quero cumprimentar o governo Eduardo Riedel, saudando particularmente com muito carinho o secretário de Cultura Marcelo Miranda e a Fundação de Cultura, presidida pelo Eduardo [Mendes Pinto]. Estive representando a Assembleia Legislativa, meu querido amigo Paulo Corrêa, representando a Assembleia Legislativa, quarta-feira, na abertura do 23º Festival de Inverno de Bonito, lembrando que esse festival foi criado em 2000 durante o segundo ano do meu governo. E no período triste do governo do MDB eles transformaram o Festival América do Sul de Corumbá e o Festival de Inverno de Bonito num festão de música de média qualidade, nada mais do que isso. Mas eu percebi que felizmente agora, no governo Riedel, o Festival de Inverno de Bonito ganha uma nova roupagem, uma nova dimensão, efetivamente, Pedro Kemp, com múltiplas atividades o dia todo vinculadas à cultura, envolvendo inclusive crianças (atividades durante o dia) e concluindo-se à noite com uma boa música. Um grande evento enfim, num espaço extraordinariamente rico, alguns inclusive relacionados à economia criativa, aos pequenos produtores... Bonito lotado para o festival! Portanto quero reconhecer, registrar e cumprimentar o secretário Marcelo Miranda, o Eduardo da Fundação, em nome do governo Eduardo Riedel. Parabéns pela qualidade desta edição do festival de Bonito!

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, é de fato um tema muito importante este do festival de Bonito. Entretanto eu tenho uma leitura completamente distinta da do deputado Zeca do PT. Bonito faz um festival de cinema, só que um cinema (a grande maioria dos filmes) dos outros, cinema que vem de fora, com artistas de fora do estado. Nós temos é que transformar esse evento para que ele passe a ser um festival mais local, que valorize o artista local, valorize o cinema local. Porque Bonito não precisa dessa multidão que vem de outros estados, que a rigor nem cabe na cidade, coisa que acaba também prejudicando o meio ambiente, afinal a cidade não tem estrutura para receber tantas pessoas. Para que colocar tanta gente em Bonito, que tem dificuldade com esgoto, que tem dificuldade em tantas outras questões?... Ora, isso acaba atrapalhando Bonito em seu desenvolvimento, e não soma nada em termos de melhoria da cultura do estado, os grandes investimentos são em artistas de fora. De sorte que eu entendo, quanto aos festivais de cinema e de inverno de Bonito, que precisa haver uma reflexão, precisamos ver bem afinal o que é e o que não é importante para a cultura do nosso Mato Grosso do Sul. Passou da hora de termos um grande cinema em Bonito. Tantos outros municípios têm... Em Ivinhema há, lá se faz há dezoito anos um festival de cinema com produções locais, produções do Vale do Ivinhema. É caseiro? É. Mas aí, sim, estamos falando de cultura para o povo sul-mato-grossense. Quanto à administração do MDB, ela teve seus erros e teve seus acertos, mas eu não quero aqui discutir nem os acertos, nem os erros, porque não é o momento.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho, vamos concluir a votação.

Projeto de Lei nº 138/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima.

**Presidente** - deputado Gerson Claro (PP)

**Primeiro-secretário** - deputado Paulo Corrêa (PSDB)

**Segundo-secretário** - deputado Pedro Kemp (PT)

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.



**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão... O debate provocado pelo deputado Zeca e encampado pelo deputado Renato Câmara é interessante... Mas vamos fazê-lo na hora certa, no Grande Expediente, no momento oportuno, não durante a votação.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Não é debater, senhor presidente, só quero alertar o meu amigo vice-presidente da Assembleia deputado Renato Câmara: já é o segundo ano que o prefeito Josmail [Rodrigues] e o governo do estado fazem o Festival de Cinema de Bonito. Então há que fazer justiça, senão parece que é uma coisa que não está sendo feita... Está sendo feito o festival, e é feito lá em Bonito. Gostaria de deixar registrado isso claramente. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Zeca do PT...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Só para fazer um esclarecimento para o meu querido amigo Renato Câmara. O problema não é o esgoto de Bonito; talvez você desconheça, meu querido Renato, mas no governo Dilma a Petrobras financiou cem por cento da rede de esgoto de Bonito, até pelo simbolismo da cidade — logo, não é o problema de esgoto. Em segundo lugar, o festival de cinema é outra coisa, é financiado com recursos de emenda parlamentar do nosso camarada deputado federal Vander Loubet (importante registrar). E de fato, como disse o Paulo Corrêa, é o segundo festival, é uma tradição que está se iniciando, por assim dizer, e para que haja lá filme local, regional, estadual premiado, antes de tudo precisa produzir filme aqui — e aí é investimento que a Cultura tem de fazer. Era só para esclarecer.



**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Um minutinho, deputado: estamos na Ordem do Dia, não é debate... Mas vou conceder a palavra a Vossa Excelência.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Um minuto só, para esclarecer. A questão é saber quanto é investido em cultura local e quanto é investido em grandes apresentações. O ponto é este, é migrar a maior parte dos investimentos para produções locais, privilegiando os nossos artistas, e deixar a menor parte para as grandes bandas que vêm de fora, que isso não soma nada para a cultura local. Olodum... O que que nós temos de identidade com o Olodum?... É uma baita duma banda, não quero criticar, mas localmente, para a nossa cultura, não soma. Então temos é que valorizar o nosso povo, as nossas tradições, a nossa cultura.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 02 requerimentos, 09 indicações e 02 moções de congratulação. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Ao Expediente. Item 5. Moção de pesar proposta pelo deputado Professor Rinaldo em razão do falecimento da senhora Ana Dias Santana. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Ao Expediente. Mais uma vez convido os senhores deputados a permanecerem no recinto para assistirmos a uma peça (curta, são poucos minutos) sobre a questão de políticas públicas e sobre a campanha "Todos por Elas". Convido a desembargadora Jaceguara a juntar-se a nós para acompanhar a peça. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão (10h59min).